



Resumo do  
Relatório Anual  
Exercício 2013

Plano B



PSS - Seguridade Social

# A

## Apresentação

Este relatório resumo foi elaborado conforme a Instrução número 5 de 2013 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Informações mais detalhadas sobre as atividades da PSS no ano de 2013 poderão ser consultadas no relatório anual disponível em nosso site [www.pssnet.com.br](http://www.pssnet.com.br).

## Mensagem aos Participantes

Dado o baixo crescimento do PIB brasileiro em 2012, no início de 2013 a expectativa do mercado era de que a taxa de juros continuasse a ser reduzida pelo Banco Central para reativar a economia, a exemplo do que havia acontecido em 2012. Por acreditar nesse cenário, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) resolveu em dezembro de 2012 passar a reduzir gradativamente, a partir de 2013 e em 0,25% por ano, a taxa máxima da meta atuarial dos fundos de pensão, que até 2012 era de 6%. Com essa medida a taxa passou a ser de 5,75% em 2013 e deverá atingir 4,5% em 2018.

Esse otimismo durou pouco, pois no 1º semestre de 2013, para conter o aumento da inflação, o Banco Central iniciou um ciclo de alta da taxa de juros. Além disso, durante o ano houve uma piora na situação fiscal e na perspectiva da avaliação de crédito do país pelos investidores estrangeiros, bem como uma alta da taxa de juros de longo prazo nos Estados Unidos. Esses fatores provocaram uma forte alta nas taxas de juros dos títulos de renda fixa domésticos, afetando consideravelmente a rentabilidade das carteiras valorizadas pelo método da marcação a mercado. O Plano B, por ter 96% em renda fixa e se utilizar totalmente desse método para valorizá-la, teve sua rentabilidade bastante afetada.

Em setembro de 2013 recebemos um ofício da PREVIC, determinando a reversão de recursos do Plano B para o Fundo Especial do Plano C, no valor de R\$ 61 milhões. O Fundo Especial corresponde ao excedente dos recursos necessários para suportar as obrigações relativas aos benefícios de risco e à sobrevivência após os 85 anos de idade dos participantes do Plano C. Essa determinação foi provocada pelo fato de a PSS ter feito em dezembro de 2005 uma transferência de recursos do Fundo Especial do Plano C para o Plano B, envolvendo R\$ 20,5 milhões, que, embora embasada no regulamento então vigente do Plano C, somente em 2013 foi apontada pela PREVIC, alegando que desde 2002 a transferência de recursos entre planos estava vedada. Os R\$ 61 milhões transferidos equivaleram aos R\$ 20,5 milhões corrigidos pela rentabilidade do Plano B durante o prazo em que lá permaneceram.

Conforme anunciado no relatório de 2012, a meta atuarial do Plano B passou a flutuar, dependendo do comportamento das taxas dos títulos públicos indexados à inflação, o que significou dizer que ela aumentaria em 2013 caso as taxas desses títulos subissem ou vice

versa. Em 2013, como houve um forte aumento nas taxas de juros, a meta atuarial do Plano B, que era em 2012 de 3,79% ao ano, passou para 5,75% ao ano. Essa nova taxa foi recomendada pelo atuário (Towers Watson) e aprovada pelo Conselho Deliberativo, já que o estudo da taxa interna de retorno do fluxo futuro de benefícios líquido de contribuições desse plano resultou em 6,70% ao ano, superior ao máximo permitido (5,75% ao ano), conforme determina a Resolução CNPC 09/2012.

Apesar de ter sido afetado pela rentabilidade da renda fixa devido à marcação a mercado e da transferência dos R\$ 61 milhões, com a adoção da meta atuarial de 5,75% ao ano o Plano B terminou 2013 com um resultado acumulado superavitário de R\$ 135 milhões, o que pode ser considerado satisfatório em relação aos demais planos do mercado, pois, dada a conjuntura econômica apresentada, vários terminaram o ano em situação deficitária, a ponto de o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) ter sido compelido ao final de 2013 a amenizar as regras para a equalização de seus déficits.

Durante 2013 houve uma redução do número de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal que passaram respectivamente de nove e cinco para seis e três membros. Essa alteração visou adequar esses órgãos ao tamanho que costuma vigorar nas demais entidades do mercado. Além disso, por recomendação da PREVIC, o Diretor Gerente deixou de fazer parte do Conselho Deliberativo, visando melhorar a governança e evitar eventuais conflitos de interesses.

Conforme estabelecido em 2012, para a mitigação dos principais riscos, foram elaboradas em 2013 as Políticas de Comunicação e de Contratos da PSS. Adicionalmente, todos os seus processos foram mapeados e documentados, bem como um plano foi elaborado com o objetivo de garantir a continuidade dos seus negócios em situações de crise.

No restante desse relatório poderão ser analisadas as informações sumárias relativas à gestão do Plano B. Caso queira fazer uma análise mais aprofundada, dados detalhados poderão ser consultados no relatório anual em nosso site na internet.

Boa leitura!  
**Diretoria Executiva**

## 2 Patrocinadoras

PSS - Seguridade Social  
Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda.  
Philips do Brasil Ltda. (Incorporou a Philips Eletrônica da Amazônia Ltda.)  
Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.  
Philips Medical Systems Ltda.  
Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.  
TP Vision Indústria Eletrônica Ltda.(Incorporada pela Envision Ind. de Produtos Eletrônicos Ltda.).  
Atos Brasil Ltda.

## 3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social. As responsabilidades, bem como, a composição desses órgãos em dezembro de 2013, são as seguintes:

### Conselho Deliberativo:

Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade.

Euben Silveira Monteiro Junior - *Presidente*  
 Bruno Ferreira Ferraz de Camargo  
 Márcio Avila Barbosa  
 Nelson Kenso Takamine  
 Maurício Pereira Vilchez - *Repres. dos Partic. Ativos*  
 Osvaldo Pasqual Castanha - *Repres. dos Partic. Assistidos*

### Conselho Fiscal:

Órgão responsável pela fiscalização da Entidade.

Alexandre Quinze  
 Edson Minto Dias  
 Sebastião Lopes da Rocha - *Repres. dos Participantes e dos Assistidos*

### Diretoria Executiva:

Órgão responsável pela administração da Entidade.

José Carlos Craveiro Cadima - *Diretor Administrativo*  
 Luiz Augusto Bastos Dias da Silva - *Diretor Gerente e Financeiro*  
*Administ. Estatutário Tecnic. Qualificado (AETQ)*  
 Wagner Friia - *Diretor de Seguridade*

## 4 Plano Previdenciário

### Plano B - Benefício Definido (BD)

Nesse plano criado em 1977 e fechado a novas adesões desde 1996 os participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois no momento da aposentadoria lhes é garantido um percentual do salário. O valor do benefício é calculado de acordo com a função que o participante exerce na empresa patrocinadora e seu tempo de participação na PSS, independentemente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial anual.

As contribuições formam um fundo coletivo que, acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

## 5 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2013 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2013	2012
Philips	18	3.139	3.157	3.176
Sopho	1	2	3	3
TP Vision (não solidária)	-	2	2	2
LP Displays (*)	2	423	425	428
Atos Brasil (*)	3	53	56	57
Autopatrocínio	2	-	2	3
BPD (Vesting)	129	-	129	149
Auxílio Doença	-	6	6	6
<b>Total:</b>	<b>155</b>	<b>3.625</b>	<b>3.780</b>	<b>3.824</b>

(\*) Inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio.

## 6 Demonstrações Financeiras

### 6.1 Demonstração do Ativo Líquido e do Resultado Acumulado

R\$ MIL

Descrição	2013	2012	Variação (%)
<b>1 - Ativos</b> (disponível, recebível e investimentos)	1.462.765	1.859.606	(21,34)
- Disponível	88	320	(72,50)
- Recebível	2.216	2.340	(5,30)
- Investimento	1.460.461	1.856.946	(21,35)
<b>2 - Obrigações</b> (*)	35.450	33.404	6,13
<b>3 - Ativo Líquido (1-2)</b>	1.427.315	1.826.202	(21,84)
<b>4 - Provisões matemáticas</b> (**)	1.290.796	1.550.013	(16,72)
<b>5 - Fundos previdenciais</b> (***)	1.511	1.472	2,65
<b>6 - Superavit/déficit técnico (3-4-5)</b>	135.008	274.717	(50,86)

PARA MAIS INFORMAÇÕES  
 VER PÁG. 08 DO RELATÓRIO  
 ANUAL NO SITE DA PSS

(\*) Exigível Operacional + Contingencial  
 (\*\*) Benefícios a Pagar  
 (\*\*\*) Retirada de Patrocínio



## 6.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ MIL

Descri�o	2013	2012	Variacão (%)
1 - Ativo Líquido - início do exercício	1.826.202	1.538.044	18,74
2 - Adi�oes (*)	116	416.682	(99,97)
3 - Destina�oes (**)	(399.003)	(128.524)	210,45
4 - Ativo Líquido - final do exercício	1.427.315	1.826.202	(21,84)

PARA MAIS INFORMAÇOES  
VER PÁG. 09 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS

(\*) Contribui es + Resultados Positivos dos Investimentos.

(\*\*) Pagamento de Benefícios + Reversão de Contingências + Resultados Negativos dos Investimentos.

## 6.3 Opinião do Auditor

“Em nossa opinião, as demonstra oes contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas opera oes para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).”

São Paulo, 20 de março de 2014  
PriceWaterHouseCoopers – Auditores Independentes

PARA MAIS INFORMAÇOES  
VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS

## 6.4 Outras Observa oes sobre as Demonstra oes Financeiras

Conforme exigido pela legisla o informamos que, não há inadimplência de contribui oes dos patrocinadores e nem d vida contratada com os mesmos. Além disso, sobre as demonstra oes contábeis, não há opinião modificada ou parágrafo de ênfase no relatório do auditor independente e nem apontamentos e recomenda oes dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

PARA MAIS INFORMAÇOES  
VER PÁG. 61 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS

# 7 Avalia o da Situa o Atuarial

## 7.1 Taxa Real de Juros Utilizada

Em 2013, como houve um forte aumento nas taxas de juros, a taxa real de juros (a meta atuarial) do Plano B, que era em 2012 de 3,79% ao ano, passou para 5,75% ao ano. Essa nova taxa foi recomendada pela Towers Watson (atuário) e aprovada pelo Conselho Deliberativo, já que o estudo da taxa interna de retorno do fluxo futuro de benefícios líquido de contribui oes desse plano resultou em 6,70% ao ano, superior ao máximo permitido (5,75% ao ano), conforme determina a Resolu o CNPC 09/2012.

## 7.2 Demais Hipóteses Econ micas e Financeiras

Proje�o do crescimento real de s�l�rio	2,50% a.a
Fator de determina�o do valor real ao longo do tempo	
S�l�rios	98%
Benefícios do plano	98%

## 7.3 Hipóteses Biométricas e Demográficas

Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic
Tábua de Mortalidade de Inval�dos	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009
Tábua de Morbidez	Experiência Towers Watson

## 7.4 Varia o do Passivo Atuarial

As varia oes nas provis oes matemáticas de benefícios concedidos e a conceder (vide item 6.1) foram acarretadas pelo aumento da taxa real anual de juros, que passou de 3,79% para 5,75%, pelos participantes que iniciaram o recebimento do benefício no exercício de 2013 e pelo fato de não haver ingresso de novos participantes (plano em extin o).

## 7.5 Superávit Técnico do Plano

Em 31 de dezembro de 2013 o Plano apresentava um superávit técnico acumulado de R\$ 135 milhões (vide item – 6.1), apesar do resultado negativo de R\$ 140 milhões no ano, que foi provocado por uma transferência de R\$ 61 milhões para o Plano C, atendendo uma determina o da PREVIC, e pelo resultado desfavorável dos investimentos.

## 7.6 Conclusão do Atu rio

“Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avalia o atuarial anual regular do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.”

São Paulo, 17 de março de 2014  
Towers Watson Consultoria Ltda.

PARA MAIS INFORMAÇOES  
VER PÁGS. 9 A 14 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS

## 8.1 Gestão Externa (Terceirizada)

Segmento	R\$ MIL		Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas	Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência <sup>(1)</sup>	Divergência não Planejada <sup>(2)</sup>
<b>RENDA FIXA</b>							
<b>FUNDO / GESTOR</b>							
- FI Renda Fixa Plano B / Bradesco	487.466	359	33,40	34,82	(14,05)	(13,95)	(0,10)
- FI Renda Fixa Plano B II / Itaú-Unibanco	458.330	354	31,40	32,73	(13,59)	(13,95)	0,36
- FI Renda Fixa Plano B III / BTG Pactual	454.288	358	31,10	32,45	(13,66)	(13,95)	0,29
<b>TOTAL</b>	<b>1.400.084</b>	<b>1.071</b>	<b>95,90</b>	<b>100,00</b>	<b>(13,58)<sup>(3)</sup></b>	<b>(13,95)</b>	<b>0,37</b>

(1) 15% IMAB5 + 5% IMAC + 80% IMAB5+

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

(3) Este valor inclui a rentabilidade de outros fundos exclusivos da PSS, nos quais o Plano B investiu até antes do final de 2013.

## 8.2 Gestão Interna (Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>(1)</sup>	Divergência não Planejada <sup>(2)</sup>
A - DEBÊNTURES HAUSCENTER <sup>(3)</sup>	30.659	2,10	18,02	11,97	6,05
B - IMÓVEIS <sup>(3)</sup>	28.501	1,90	11,66	11,97	(0,31)
C - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.217	0,10	11,70	11,97	(0,27)
<b>TOTAL (A + B + C)</b>	<b>60.377</b>	<b>4,10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

(3) Não houve reavaliação no período.

## 8.3 Total do Plano (Gestão Terceirizada + Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>(1)</sup>	Divergência não Planejada <sup>(2)</sup>
TODOS (Item 8.1 + 8.2)	1.460.461	100,00	(12,55)	11,71	(24,26)

(1) IPC-DI/FGV + 5,75% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

PARA MAIS INFORMAÇÕES  
VER PÁGS. 18 A 20 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS

# 9 Demonstrativo de Gestão

## 9.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) – Interna

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	%
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)</b>	<b>3.133</b>	<b>100,00</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.132	100,00
Outras Receitas	1	-
<b>2. Despesas Administrativas (Previdencial e Investimentos)</b>	<b>3.133</b>	<b>100,00</b>
Pessoal e encargos		
- Diretoria salários	775	24,74
- Diretoria bônus (*)	107	3,41
- Demais funcionários salários	687	21,93
- Demais funcionários bônus (*)	41	1,31
<b>Total Pessoal e encargos</b>	<b>1.610</b>	<b>51,39</b>
Serviços de terceiros	1.059	33,80
Despesas gerais	184	5,87
Contingências	145	4,63
Outras Despesas	120	3,83
Depreciações e amortizações	15	0,48
<b>Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item - 8.3)</b>		<b>(**) 0,21</b>

## 9.2 Gestão de Investimentos – Externa (Terceirizada)

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	%
Custódia	534	49,9
Taxa Administrativa	305	28,5
Taxa Fiscalização CVM	124	11,6
Despesas Gerais	82	7,6
Auditorias	26	2,4
<b>TOTAL</b>	<b>1.071</b>	<b>100,0</b>

(\*) Os bônus são dependentes do atingimento de metas pessoais dos funcionários e de metas de resultados das patrocinadoras.

(\*\*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

# 10 Política de Investimentos para 2014

A Política de Investimentos de 2014 tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano B para os gestores, o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários. Dado que a maioria dos participantes do Plano B já está suplementada, seu fluxo de pagamento de benefícios tem boa previsibilidade. Portanto, os investimentos para saldá-lo deverão preferencialmente ser realizados de forma a garantir liquidez previsível no curto, médio e longo prazo.

### Alocação de Recursos

As alocações ocorrerão conforme os limites abaixo:

**Renda fixa** - O Plano manterá no mínimo 90% investido, através de fundos de investimento exclusivos, ou seja, nos quais a PSS é a única cotista. Esses fundos terão preponderantemente ativos indexados ao IPCA do IBGE. Os ativos desse segmento serão divididos nos seguintes fundos:

- Gestão Passiva, na qual serão alocados os títulos que deverão ser levados a vencimento, pois não há intenção de negociá-los.
- Gestão Ativa, na qual serão alocados títulos que não deverão ser levados a vencimento, pois eles podem ser negociados antes.

**Imóveis** - A alocação máxima permitida pela legislação é de 8%. Embora a PSS esteja abaixo desse limite, não há intenção de aumentar os investimentos nesse segmento em 2014.

**Renda variável** - A alocação ocorrerá através da propriedade de debêntures perpétuas emitidas pela Sociedade de Propósito Específico denominada Hauscenter, que tem participação nos resultados do World Trade Center (WTC) de São Paulo.

**Empréstimos** - O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e assistidos será de cinco e duas vezes o salário/benefício, respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual à IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

PARA MAIS INFORMAÇÕES  
VER PÁGS. 21 A 23 DO RELATÓRIO  
ANUAL NO SITE DA PSS



**PSS - Seguridade Social**

[www.pssnet.com.br](http://www.pssnet.com.br)

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso - São Paulo - SP  
CEP: 04003-041 - PABX: (11) 3594-6150